

Percepção das ações afirmativas nas universidades federais: os casos da UFRGS e UNIPAMPA

Aluna: Gabriela Ferreira Fernandes
Orientador: Camila Furlan da Costa

RESUMO

Esse estudo tem por objetivo além de oferecer um estudo sobre avaliação de ações afirmativas nas universidades estudadas, permitir a reflexão acerca da maneira de implantação dos sistemas e a função social dessa política pública que ultrapassa o meio acadêmico. O referencial teórico se estrutura com as temáticas de políticas públicas no ensino superior, avaliação de políticas públicas e políticas públicas de ações afirmativas. O método escolhido foi o de estudo de caso múltiplo, de caráter qualitativo exploratório e descritivo, na qual foram analisadas as estruturas das cotas nas instituições Universidade do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) incluindo as modalidades, os tipos de beneficiários, e principalmente serão analisadas as percepções dos envolvidos no sistema de casa instituição. As técnicas para a coleta desses dados são as de análise de entrevista, documental, observação. Como resultados obtidos acerca do estudo, foram encontrados pouco conhecimento do real funcionamento do sistema por parte do corpo discente e a falta de divulgação da temática por parte do Governo, dos canais de comunicação e das próprias universidades analisadas, prejudicando o ingresso de possíveis beneficiários à universidade e a disseminação de informações incorretas na sociedade.

Palavras-chave: Avaliação de políticas públicas; Ações afirmativas; Universidades públicas.

ABSTRACT

This study aims in addition to offering a study on evaluation of affirmative action in universities studied, allow reflection on the way of deployment of the systems and the social function of public policy which goes beyond academia. The theoretical framework is structured with the themes of public policies in higher education, evaluation of public policies and public policies of affirmative action. The method chosen was that of multiple case study, qualitative exploratory and descriptive character, in which we analyzed the structures of dimensions in institutions University of Rio Grande do Sul (UFRGS) and Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) including the arrangements, the types of beneficiaries, and mainly involved ' perceptions will be analysed in the home institution. Techniques for the collection of these data is the interview, documentary analysis, observation. As results obtained about the study, were found a little knowledge of the actual operation of the system on the part of the student body and the lack of disclosure of the subject on the part of the Government, of the communication channels and their own universities analyzed, damaging the entrance of possible beneficiaries to the University and the dissemination of incorrect information in society.

Keywords: Evaluation of public policies; Affirmative action; public universities.

1.INTRODUÇÃO

A implantação de ações afirmativas no ensino público superior não é tão recente quanto à maioria da população acredita. Apesar da legislação vigente a respeito ser do ano de 2012, diversos acontecimentos precederam e motivaram para que ela

fosse regulamentada de fato, entre eles: manifestações em massa, legislações estaduais, e até mesmo inspiração em países que utilizam essas ações há décadas.

Foi desenvolvido nesse estudo a avaliação dessas políticas públicas dentro das instituições de acordo com as percepções da comunidade acadêmica das instituições de ensino UNIPAMPA e UFRGS, com o intuito de mostrar como funcionam as suas estruturas, os tipos de beneficiários, e principalmente, depoimento dos envolvidos para que se conheça a realidade do programa. A escolha do tema de ações afirmativas nas universidades federais, em particular na UFRGS e UNIPAMPA tornou-se necessário, pois a falta de conhecimento de grande maioria causada pela falta de esclarecimentos por parte do próprio Governo permite que conceitos e ideias equivocadas circulem tanto em ambiente acadêmico quanto fora, impossibilitando, de forma indireta, com que pessoas se beneficiem com esse sistema. O compromisso da pesquisa foi de tentar esclarecer como funciona o sistema, levando a reflexão de sua existência, para que opiniões sejam formadas.

De acordo com Daflon *et. al* (2012), a temática de ações afirmativas no Brasil surgiu na segunda metade da década de 90, a partir de um processo de mudanças acerca das questões sociais e raciais, marcando assim, um laço maior entre o Movimento Negro e o Estado Brasileiro. Os Movimentos Negros estavam em busca de políticas de identificação, sendo elas de extrema importância para a consolidação do debate sobre os problemas raciais no Brasil. Outros dois aspectos relevantes são: a construção de uma agenda de reivindicações pelo Movimento Negro desde a década de 80, como também a receptividade dessas demandas pelos governos dos presidentes ex- Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) , em particular o de ex- Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011).

Após as movimentações e reuniões entre Governos e os movimentos que lutavam a favor da criação de ações afirmativas nas universidades federais, foi durante o governo do ex- presidente Luís Inácio Lula da Silva que surgiram as primeiras universidades federais a adotarem as cotas: a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e a Universidade de Brasília (UnB) ambas no ano de 2003. Segundo Daflon *et. al* (2012) a UERJ, no vestibular da instituição, adotou uma espécie de reserva de vagas, que ficou conhecida como “cota” em decorrência da lei estadual nº4151, sancionada em setembro de 2003. Esta decisão fez com que 45% do total de vagas da UERJ fossem destinadas da seguinte forma: 20 % para candidatos da rede pública; 20% para negros, ou indígenas; e 5 % para candidatos com deficiência, ou filhos de policiais, bombeiros e inspetores de segurança em penitenciárias mortos, ou incapacitados, em função do exercício de suas atividades. Concomitantemente a UERJ, a UnB também aderiu as suas primeiras medidas de inclusão. De acordo com Meira (2012), a Universidade de Brasília (UnB), reservou 20% de suas vagas totais no concurso vestibular para afrodescendentes. Percebe-se que as universidades supramencionadas tomaram essas iniciativas de forma autônoma, entendendo que essas ações seriam fundamentais para que houvesse, de fato, uma maior inclusão das camadas que encontram maiores dificuldades de acesso ao ensino superior.

Contextualizando as cotas nas universidades estudadas em questão, pode-se inferir que elas obtiveram um histórico um pouco diferenciado. Segundo Oliven (2007) na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o processo de implantação das cotas iniciou-se em 2005, sendo efetiva apenas no ano de 2008. O processo de seleção para ingresso dos estudantes na UFRGS dá se a partir de concurso de vestibular ou Enem/Sisu. São reservadas 70% das vagas por meio de concurso de vestibular, e os 30% das vagas restantes por meio do Enem/Sisu. Já na Universidade Federal do Pampa,

criada de fato no ano de 2008, implantou o sistema de cotas em seu primeiro processo seletivo. A forma de ingresso à universidade dá-se exclusivamente pelo Enem/Sisu.

A aprovação da lei nº 12.711, em 29 de agosto de 2012, alterou a política de reserva de vagas para estudantes oriundos de escola pública, pretos, pardos e indígenas em todo o sistema de educação superior federal sendo reservado um total de 50% das vagas em cada curso de graduação. Diante disso, o presente artigo possui como problemática: **como se estruturam as ações afirmativas nas universidades federais do Pampa (UNIPAMPA) e do Rio Grande do Sul (UFRGS)?** Tendo também, como objetivo geral: analisar a estrutura do sistema de cotas nas universidades federais do Pampa (UNIPAMPA) e do Rio Grande do Sul (UFRGS).

2.REFERENCIAL TEÓRICO

Primeiramente é abordado o tema de políticas públicas no ensino superior, da sua implementação, histórico e desafios que encontra. Também é abordada a avaliação de políticas públicas, visando proporcionar um maior entendimento sobre o seu conceito e suas características. Por fim foram exploradas as políticas de ação afirmativa, incluindo o seu histórico, conceito e a sua finalidade.

2.1 Políticas Públicas no ensino superior

A educação superior, desde a sua criação, esteve voltada a aqueles que possuíam condições financeiras favoráveis, logo, quem preenchia o quadro de alunos pertenciam à elite social e econômica, excluindo os pobres. Segundo Aprile e Barone (2008) o acesso ao ensino superior tornou-se um problema crônico, visto que desde o Brasil Colônia esse quadro acima citado já era presente. Na referida época, as elites brasileiras enviavam os seus filhos para as universidades europeias, principalmente a Universidade de Coimbra, em Portugal.

Aprile e Barone (2008) inferem que por volta de 1808, com a chegada da corte real portuguesa ao Brasil, tiveram-se as primeiras instituições de ensino superior do país. As chamadas escolas isoladas de educação foram criadas com base no “modelo napoleônico”, estruturados de forma independente, ou seja, não teriam ainda a estrutura de universidade como se tem atualmente.

De acordo com Aprile e Barone (2008) é importante destacar que o Brasil só fundou a sua primeira universidade em 1920, sendo a Universidade do Rio de Janeiro, na qual incluía uma confederação de escolas, entre elas: a de Medicina, Politécnica e Direito. Sete anos depois, é inaugurada a Universidade Federal de Minas Gerais, com o mesmo intuito das universidades do Brasil Colônia, logo, guiadas pelo “modelo napoleônico”, aglutinando cinco universidades, sendo: Engenharia, Medicina, Direito, Farmácia e Odontologia. Somente em 1935, é criada a primeira universidade que oferta cursos relacionados a ciências sociais aplicadas. A universidade de São Paulo cria a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, tornando-o um centro integrado de busca e de crítica ao saber.

Em 1960, surgem os primeiros movimentos estudantis em prol de questões relacionadas à gestão das universidades. Segundo Aprile e Barone (2008), o movimento liderado pela União dos Estudantes, defendia uma reforma universitária, defendida pelos setores progressistas do país. A principal bandeira de luta defendida pelos estudantes era a democratização do acesso ao ensino superior, o que acarretaria a

ampliação do número de vagas, revisão dos vestibulares, entre outras reivindicações. Então, em 1968, o governo militar, por meio da Lei Federal nº 5.540/68, implanta a Reforma Universitária. Nessa reforma, foram exigidas as diretrizes à produção do conhecimento e à pesquisa acadêmica brasileira. Outro momento deveras importante nesse processo é o processo de redemocratização brasileiro. Para Paiva (2010), a ação afirmativa no ensino superior em particular, é o resultado inexorável da reorganização da esfera pública a partir da redemocratização do país, com a Carta de 1988 e com a consolidação da democracia pelas sucessivas eleições ocorridas desde então, trazendo em torno de questões específicas. A redemocratização da década de 1990 ocasionou em uma “nova cidadania”, sendo questionados quem são os participantes, o padrão de desigualdade, entre outros. Cabe ainda ressaltar a importância da Conferência Mundial contra o Racismo, em Durban, África do Sul, em 2001. Para Paiva (2010), essa conferência não apenas ajudou a ação governamental em sintonia com os movimentos sociais negros, mas também demandou o compromisso governamental de que a luta contra a discriminação e o racismo fosse efetiva.

Atualmente, os programas de acesso ao ensino superior estão centrados no âmbito das políticas inclusivas compensatórias, visando à correção de espaços deixados pelas políticas sociais, que acabam não atendendo de forma satisfatória o ponto pesquisado. Aprile e Barone (2008) destacam que essas políticas visam a equilibrar uma situação no momento em que determinados grupos hegemônicos são favorecidos no acesso aos bens sociais. Procuram também o entendimento a dimensão de uma inserção profissional mais qualificada, proporcionando uma base maior de educação, vislumbrando ao desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil.

Pode-se perceber que dentre as políticas que estão atentas ao acesso ao ensino superior são o Programa de Financiamento Estudantil, posto em ação pela Lei Federal nº 10.260/2004 e o Programa Universidade para Todos, implementado pela Lei Federal 11.096/2005, sendo esses dois destinados ao ensino superior privado. Já em relação ao ensino superior público, o modelo de ações afirmativas vigentes, guiado a partir da Lei Federal 12.711/2012, é inspirado pela Lei estadual do Rio de Janeiro nº 4.151/2003 que instituiu o primeiro sistema de cotas no país, no ano de 2003, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro. No Rio Grande do Sul, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em sessão do Conselho Universitário criou em 29/06/2007 a proposta da Comissão Especial designada pelas Portarias nº 3.222 e 3480 de 17/11/2006, e as emendas aprovadas pelo plenário a Decisão nº134, de 29 de junho de 2007, no qual torna instituído o programa de ações afirmativas, por reserva de vagas para acesso a todos os cursos de graduação e cursos técnicos da universidade. Além das portarias e decisão criada pela universidade, a instituição obedece a um edital específico próprio. De acordo com o site da instituição, a Universidade Federal do Pampa guia-se basicamente por seu edital específico à temática e na Lei Federal 12.711/2012, apresentando particularidades nas modalidades de cotas referentes a perfil de egresso do estudante.

Portanto, após exposto um breve histórico do desenvolvimento do ensino superior brasileiro, e, ainda, das ações afirmativas implantadas pelas universidades desde a sua criação, percebe-se que mesmo o acesso às universidades seja difícil, ainda assim as políticas públicas destinadas à inclusão são de extrema importância, posto que propiciem a milhares de brasileiros o acesso ao ensino superior. Oportunidade que em outra época era restrita as camadas mais pobres da população.

2.2. Avaliação de Políticas Públicas

Para que se entenda o contexto do tema em questão, é preciso que exponha a definição e as características de avaliação. Ramos e Schabbach (2012) afirmam que a avaliação é um instrumento importante para a melhoria da eficiência do gasto público, da qualidade da gestão, do controle social sobre a efetividade da ação do Estado, sendo instrumentalizado pela divulgação de resultados das ações de governo.

Observa-se que a avaliação fundamenta-se na determinação de valor de uma atividade, programa ou política, delimitando de forma objetiva, realizado por especialistas internos ou externos. A partir da deliberação do critério de valor, é possível a incorporação de elementos de julgamento, sendo que a avaliação contempla aspectos qualitativos, de forma aprofundada. A avaliação de políticas públicas é deveras importante, ao passo que ela gera um *feedback*, permitindo a escolha entre diferentes projetos de acordo com a eficácia e eficiência, ao cotejar resultados, possibilitando retificar as ações e orientá-las adequadamente (COHEN;FRANCO, 2004 apud RAMOS; SCHABBACH, 2012).

Para Trevisan e van Bellen (2008) No fim do século XIX, com o aprofundamento da crise do *welfare state*, com os cataclismos econômicos, sociais e políticos enfrentados, principalmente a partir da década de 70, concomitantemente com o movimento da nova administração pública, o Estado é pressionado de forma contumaz à demonstração de desempenho de suas funções e também na real eficácia de suas intervenções na realidade social. Percebe-se que o desempenho das políticas públicas, tanto o sucesso quanto o fracasso são de extrema importância para que a administração pública seja capaz de reconsiderar posições, melhorando assim, o desempenho.

Contextualizando a avaliação de políticas públicas no Brasil, observa-se que teve o seu ápice na década de 80, alavancado pela transição democrática e que, apresentou divisão em etapas. São três os motivos da expansão das políticas públicas (MELO, 1999 apud TREVISAN; VAN BELLEN, 2008). Primeiramente, pelo deslocamento na agenda pública. Ao longo dos anos 1970, ela se modelou em volta de questões referentes ao modelo brasileiro de desenvolvimento, onde os tópicos limitavam-se aos impactos redistributivos da ação governamental e ao tipo de racionalidade que conduzia o projeto de modernização conservadora do regime ditatorial. Os temas centrais abordados por essa agenda incluíam questões de arranjo institucional, descentralização, participação, transparência e a redefinição do público-privado nas políticas.

De acordo com Trevisan e van Bellen (2008), em segundo lugar, não obstante ao fim do período autoritário, observou-se que os empecilhos à execução de políticas sociais efetivas continuaram persistindo, o que levou ao fortalecimento dos estudos sobre política. Ainda assim, o desencantamento em relação ao Estado ocasionou um maior interesse sobre as reais condições de efetividade da ação pública.

Ainda referindo-se a Trevisan e van Bellen (2008), em terceiro lugar, a propagação da ideia de reforma do Estado e do aparelho de Estado passou a ser o princípio organizador da agenda pública dos anos 80 e 90, provocando, assim, uma propagação de estudos de políticas públicas. Esse fenômeno, de certa forma, foi estopim para que ocorresse um novo viés de estudo relacionando a matéria. O foco dos estudos era o Estado, e nos anos 90 acaba por ser direcionada a sociedade civil.

Recentemente, o governo brasileiro tem apresentado um interesse progressivo a cerca dos temas de efetividade, no qual abrange alcance de metas e averiguação dos resultados, eficiência, eficácia, ao desempenho e à *accountability* da gestão pública.

Com a atenção voltada a esses tópicos, principalmente ao último tema supracitado, o governante possui maior acesso ao real conhecimento de determinado projeto, logo, conhecendo os seus resultados, melhorando a efetivação das ações públicas. De acordo com Ramos e Schabbach (2012), o assunto em nível acadêmico está obtendo resultados positivos, porém a atenção esteja sendo dada aos processos de formação da agenda e formulação de políticas, em agravo da implementação, avaliação e monitoramento.

Logo, pode-se inferir que a área de avaliação de políticas públicas é um ramo recente em nosso país, sendo ele de relevância máxima para que se verifique a efetividade dos programas, principalmente os sociais, não só por parte do Governo, mas sim provocando a todos o exercício de cidadania, no sentido de sentir-se capaz de cobrar resultados e sugerir a implantação de novas políticas públicas em nível municipal, estadual e nacional. Nesse panorama, a pesquisa avaliativa promove o direito democrático, englobando o controle social e a atuação governamental.

2.3 Políticas Públicas de ações afirmativas

Transcorridos dez anos da implantação das primeiras políticas de ação afirmativa de ação afirmativa em universidades brasileiras, ainda não se encontra um balanço detalhado acerca de seus resultados. Na falta de um prospecto mais amplo de ação afirmativa, ou seja, a falta de informação sobre o tema por parte do Governo permite a criação de conceitos errôneos, sendo os veículos de comunicação os principais precursores da divulgação das mesmas.

Outro fator preponderante sobre a dificuldade de acesso ao prospecto dos resultados dessas ações seria o aspecto fragmentado dessas políticas em prol a educação superior brasileira. Anteriormente a criação da Lei Federal 12.711/2012, observa-se que as universidades disseminaram-nas de maneira heterogênea, partindo das iniciativas criadas dentro do meio acadêmico, como os conselhos universitários e leis estaduais.

Primeiramente, deve-se compreender o significado de ações afirmativas e, para que ocorra maior esclarecimento, o seu contexto. De acordo com Feres Júnior e Zoninsein (2006), ações afirmativas são medidas redistributivas que visam alocar bens para grupos específicos, ou seja, discriminados e vitimados pela exclusão social e econômica, ou cultural. Introduzindo historicamente as ações afirmativas no contexto mundial, deve-se ressaltar que as mesmas já existem há muito tempo. A Índia é o país de maior experiência histórica com políticas de ação afirmativa, as quais começaram a ser implantadas ainda sob o domínio colonial inglês. Após a independência do país, a comunidade política fundadora escolheu por homologar tais iniciativas em 1950. Para Feres Júnior e Zoninsein (2006), no contexto indiano existiam quatro princípios de justificação das políticas de ação afirmativa, sendo eles: 1) compensação, também denominada de reparação por injustiças cometidas no passado contra um determinado grupo social; 2) proteção dos segmentos mais fracos da sociedade; 3) igualdade proporcional e 4) justiça social. Percebe-se que a concepção da existência de ações afirmativas brasileiras possui um grau de equidade muito grande com as supracitadas, pois o Governo brasileiro começa a criar mecanismos de políticas públicas muito parecidas com o modelo indiano. Aponta-se como característica peculiar a sociedade indiana a existência de castas, o que não ocorre no Brasil.

Moehlecke (2002), afirma que a expressão, ações afirmativas, tem origem nos Estados Unidos, país que atualmente atua como uma importante referência na temática. Nos anos 60, os norte-americanos viviam um momento de reivindicações democráticas internas, expressas nos movimentos pelos direitos civis, defendendo a extensão da igualdade de oportunidades a todos. Vale ainda salientar que os movimentos a favor de

ações afirmativas não permaneceram apenas na Índia e Estados Unidos. Países como Europa Ocidental, Malásia, Austrália, Canadá, Nigéria, África do Sul, Argentina, Cuba, entre outros também levantaram a discussão sobre o tema, agindo de maneira particular em seus países.

Segundo Munanga (1996), historicamente as políticas públicas brasileiras têm-se centrado nas questões sociais, com medidas redistributivas, ou até mesmo, assistenciais contra a erradicação da pobreza embasada em visões de igualdade, formuladas tanto pela a Administração direta quanto indireta. Com o processo de redemocratização do país, alguns movimentos sociais passaram a exigir uma postura proativa perante questões étnicas, de gênero, logo, pregando que as ações afirmativas tornam-se mais efetivas.

No Brasil, o pioneirismo na implantação de políticas públicas de ações afirmativas, parte das universidades estaduais. Em 2003, a Universidade Estadual do Rio de Janeiro, por meio da lei estadual nº 4. 151 adere a um sistema de reserva de vagas, denominado “cotas”, reservando um total de 45% das vagas de toda universidade, sendo 20% para candidatos da rede pública; 20% para negros, ou indígenas e 5% para candidatos com deficiências, ou filhos de policiais, bombeiros e inspetores de segurança em penitenciárias mortos, ou incapacitados, em função do exercício de suas atividades. Ainda que as universidades estaduais tenham tomado a frente na implantação de políticas públicas de ações afirmativas, observa-se que as universidades federais têm se preocupado com a adoção dessas medidas. Para Daflon et.al (2012), entre as 96 universidades públicas existentes em 2012, sendo 70 as usuárias dessas ações, dividindo-se em 44% estaduais e 56% federais.

Nas universidades escolhidas em questão, compreende-se que as políticas públicas de ações afirmativas são efetivamente presentes, visto que apresentam modalidades de ingresso além das previstas Lei Federal nº 12.711/2012. A título de exemplo, temos a Universidade Federal do Pampa que possui uma modalidade de reserva de vagas destinados a fronteiriços (com nacionalidade uruguaia e argentina), que possuem interesse em concluir a graduação na Instituição. Vale ainda salientar que entre os tipos de modalidades de ações afirmativas existentes, cada uma é voltada para grupos específicos de acordo com as realidades regionais, como no caso da UNIPAMPA e a UFRGS, entre outras.

Dessa maneira, ressalta-se que a maioria das universidades brasileiras que possuem programas de ações afirmativas atende mais de um grupo de beneficiários. Ao contrário do que a maioria da população acredita os programas para afrodescendentes não são mais explorados, ou possuem maior quantidade de vagas, sendo quase equivalentes ao número de programas para indígenas. A proposta das políticas públicas de ações afirmativas é criar medidas inclusivas por vários prismas sociais. Porém, para Daflon et.al (2012) as diferentes percepções acerca das desigualdades no Brasil se formaram a partir de desenhos distintos de políticas de ação afirmativa, tendo como consequência a não uniformidade das mesmas praticadas nas universidades brasileiras. Ainda existe um longo caminho a ser percorrido em prol da melhoria das ações afirmativas brasileiras.

3. MÉTODO

O caráter da pesquisa escolhido foi qualitativo que, de acordo com Chizzotti (2006), seria a partilha densa com pessoas, fatos e locais constituindo objetos de pesquisa, extraído desse convívio os significados visíveis e não aparentes que somente são percebidos tendo uma atenção mais criteriosa. Além disso, a pesquisa foi

desenvolvida no campo exploratório descritivo, onde segundo Sampieri et.al (2006) o objetivo desse estudo é examinar um tema ou problema de pesquisa pouco estudado, do qual se tem muitas dúvidas ou não foi abordado antes, justamente o que ocorre nas universidades federais escolhidas para análise, o assunto de ações afirmativas não é investigado pelas instituições.

O presente estudo foi realizado nas instituições de ensino superior federal UNIPAMPA e UFRGS, no qual pretende analisar as estruturas dos sistemas de ações afirmativas dessas universidades. O método definido foi o de estudo de caso múltiplo, que para Gil (2010), são aqueles em que o pesquisador estuda conjuntamente mais de um caso para investigar determinado fenômeno. Esse estudo foi escolhido, pois permitirá fazer uma comparação simultânea entre as duas instituições, mostrando as particularidades e semelhanças nas estruturas dos sistemas de ações afirmativas das universidades exploradas. Percebe-se que esse método trouxe uma visão mais ampla do fenômeno, posto que também analisou a opinião de beneficiários e não beneficiários do sistema nas duas instituições, procurando mostrar não só a comunidade acadêmica, mas também a sociedade em geral, o funcionamento efetivo. Para que isso ocorra, foram selecionados quatro discentes das duas universidades estudadas, sendo um cotista na modalidade destinada a afrodescendentes da UFRGS, discente do curso de Design Gráfico e uma discente do curso de Relações Internacionais, da UNIPAMPA, usuária da modalidade destinada a estudantes oriundos de escola pública. Os demais discentes entrevistados não são beneficiários do sistema, sendo uma estudante da graduação de Engenharia Civil da UFRGS e outra aluna do curso de Gestão Pública da UNIPAMPA. Os docentes selecionados para a entrevista foram: professor da UFRGS, no qual ministra aulas na graduação de Administração de Empresas e um docente da UNIPAMPA, atuante nas graduações de Gestão Pública e Administração de Empresas, tendo forte envolvimento com a temática, posto que foi um dos fundadores de um sistema similar às ações afirmativas no estado de São Paulo, e a representante do NUDE (Núcleo Universitário de Desenvolvimento Estudantil) da Universidade Federal do Pampa, campus Santana do Livramento.

O método de coleta de dados escolhido foi: entrevista em profundidade. A modalidade de entrevista empregada ao estudo foi de entrevista aberta, com o roteiro semiestruturado, que para Gil (2010) são estruturadas com questões e sequência predeterminadas, mas com ampla liberdade para responder, que são perfeitamente adequadas ao projeto, pois à medida que os entrevistados apresentarem novos tópicos relevantes e complementares o assunto, a entrevistadora teve a possibilidade de interagir com o mesmo, sendo estruturado com dez questões. Já em relação à técnica de observação, foi considerada participante. Gil (2010), diz que a observação participante consiste na participação real do pesquisador na vida da comunidade, da organização ou do grupo em que é realizada a pesquisa. As técnicas de análise de dados utilizadas são as técnicas de análise de dados, análise de documentos e análise de conteúdo. Em relação à técnica de análise de dados, foram analisados quadros que apresentem os efetivos usuários e quais os resultados que essas ações apresentam em sala de aula. Esse conteúdo foi retirado de informações fornecidas nos sites das duas instituições. Já se referindo à técnica de análise documental, serão estudados documentos institucionais, livros, leis, decretos. Por fim, será feita uma análise qualitativa de conteúdo acerca das entrevistas colhidas pela pesquisadora.

4. APRESENTAÇÃO DE RESULTADO

Para que ocorresse uma maior amplitude do entendimento sobre o sistema, foram entrevistadas sete pessoas, sendo dois professores, sendo um da UFRGS e outro da UNIPAMPA, quatro alunos, dois da UFRGS e dois da UNIPAMPA e uma funcionária responsável pelo setor de inclusão de beneficiários de cotas da Universidade Federal do Pampa. As entrevistas foram estruturadas com dez perguntas, de livre resposta dos entrevistados, sendo elas enquadradas em três categorias, abordando: estruturação do sistema de cotas, implementação do sistema e avaliação do sistema de cotas.

4.1 Estruturação do sistema de cotas

Para a análise do sistema de cotas, primeiramente foram realizadas questões acerca de sua estrutura focando os seguintes aspectos: estrutura da política de cotas, modalidades, avaliação das modalidades, e a percepção sobre o sistema de cotas. Os respondentes acreditam que o sistema é, de certa forma, deficitário em alguns aspectos. Os entrevistados fazem várias observações sobre a criação do sistema, entre elas: a educação de base deveria ter maior investimento para que todos possam ter a mesma oportunidade e capacidade de concorrer à vagas nas universidades federais, no dever que o Brasil ter em reparar historicamente essas etnias que estão à margem, da falta de divulgação sobre o sistema por parte da própria universidade, entre outras.

Já em relação aos professores entrevistados, ao responder as perguntas relacionadas à categoria, demonstraram total domínio sobre o assunto, afirmando de forma clara como funcionam os sistemas nas universidades em que trabalham. Proporcionaram a pesquisadora informações de grande importância para que ocorresse um maior aprofundamento sobre o tema.

Referindo-se a estrutura dos sistemas nas universidades, elas apresentam pontos particulares e outros comuns. Na UNIPAMPA, o sistema de ação afirmativa foi implantado desde o momento em que a universidade foi criada em 2008, reservando 50% das suas vagas para estudantes de escola pública, afrodescendentes, indígenas e portadores de necessidades especiais e para fronteiriços de origem uruguaia e argentina, dado que os campi da Universidade fazem fronteira com esses países. Percebe-se que as decisões acerca do sistema estão centralizadas na pró-reitoria de estudos estudantis e de graduação. Quando questionado, o professor da UNIPAMPA nas graduações de Gestão Pública e Administração de Empresas, doutor em educação, negro e com forte engajamento na temática, fala sobre o sistema existente em sua universidade:

Na UNIPAMPA as políticas de ações afirmativas, elas são ditadas pela pró-reitoria de assuntos estudantis, tem uma pró-reitoria que trata disso, e isso é conjuntamente com a pró-reitoria de graduação e juntas essas áreas de gestão conseguem desenvolver a partir daquilo que dita a lei, ações que possam garantir aos alunos que tenham, então, os requisitos necessários para participar dos programas de cotas, porque a UNIPAMPA tem vários programas, então ela tem cotas também para índios e cotas para fronteiriços, então a partir do momento que o aluno se adequa as questões diritais e legais aí ele tem acesso aos programas. Então, hoje é via pró-reitoria de assuntos comunitários e estudantis e conjuntamente com a pró-reitoria de graduação.

Na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a estruturação do sistema de cotas teve a sua primeira resolução em 2007, pelo conselho universitário da universidade, que estabeleceu uma reserva de vagas de 30% para estudantes oriundos de escola pública, afrodescendentes, portadores de necessidades especiais e indígenas. O conselho universitário decidiu que terá uma revisão dessa estrutura a cada cinco anos, podendo sofrer alterações. No vestibular do ano de 2014 houve modificações nas

estruturas das modalidades de cotas, sendo elas: ensino público renda superior, ensino público renda superior autodeclarado preto/pardo/índio, ensino público renda inferior, ensino público renda inferior autodeclarado preto/pardo/índio. Outra modificação a ser destacada é que a instituição realiza dois tipos de reserva de vagas: 70% destinadas aos candidatos que realizaram o concurso de vestibular próprio da instituição, e outros 30% das vagas destinadas aos candidatos que realizarem o Enem/Sisu. Percebe-se que as decisões sobre o sistema são definidos de forma democrática no conselho da universidade, caracterizando-se como um sistema descentralizado, o entrevistado 3, professor da instituição de ensino UFRGS, doutor em Administração Pública, branco diz que:

Aqui tem uma decisão do Conselho Universitário da UFRGS, de 2007 que foi a primeira decisão de adoção da política de cotas e ela é uma política que precisa passar por um processo de revisão a cada 5 anos, ela passou no ano passado por essa revisão e se afirmou ela quanto a política correta aos seus objetivos que ela tem de cumprir, que é ampliar o acesso a universidade. Mas ela sofreu algumas alterações, ela estabelece um patamar de cotas, de 30% de reserva de vagas aqui na universidade, havia uma discussão no conselho da universidade de que era para ampliar essas vagas, mas ela manteve a mesma estrutura que obteve em 2007, ela estabelece uma política de cotas, uma reserva de vagas para os alunos que auto se declararem negros, indígenas, portadores de necessidades especiais. Ela se estrutura muito com aqueles parâmetros gerais da proposta nacional, de certa forma, ela procurou se assemelhar a proposta nacional, de acordo com que o conselho acha adequado a sua realidade regional.

Na categoria que aborda conhecimento das modalidades integrantes do sistema, vê-se que na UNIPAMPA a modalidade de ação afirmativa para portadores de necessidades educacionais especiais é muito importante e que a universidade tem um compromisso em facilitar a vida do beneficiário dessa modalidade, proporcionando mecanismos de total inclusão desse aluno, entre esses mecanismos, estão a capacitação dos professores, aparelhos audiovisuais, entre outros.

Sobre essa pergunta, deve-se salientar a falta de conhecimento dos alunos sobre o sistema de ação afirmativa presente na universidade, sendo beneficiários ou não. Foram encontradas respostas com pouca profundidade sobre o assunto. Percebeu-se que os entrevistados ficaram desconfortáveis ao falar dessa categoria, culpando a falta de divulgação por parte da universidade, do Governo e até mesmo dos canais de comunicação. O professor entrevistado demonstrou total domínio sobre as modalidades presentes na UNIPAMPA. Ao ser questionada sobre as modalidades do sistema, a Entrevistada 6, aluna da UNIPAMPA, responde: “As da UNIPAMPA eu desconheço totalmente. Nunca tive esclarecimentos por parte da universidade em informar os alunos sobre o assunto.”

Em relação à modalidade em que os entrevistados acreditam possuir maior relevância, foram analisados os seguintes aspectos. Na UNIPAMPA percebe-se que as opiniões sobre essa questão ficam dúvidas. O entrevistado 1, acredita que não existe grau de importância, pois se deve priorizar o ser humano, a entrevistada 2 diz que a modalidade mais relevante é a para portadores especiais, a entrevistada 6 diz que é para afrodescendentes e por fim, a entrevistada 7 diz que é para alunos de escola pública. A entrevistada 7, acadêmica do curso de Relações Internacionais, paulista, cotista pela modalidade destinada a estudantes oriundos de escola pública, de origem árabe e ativista de questões sociais diz que:

A modalidade de escola pública. Essa modalidade abrange todas as descendências, se você é negro, se você é indígena, se você é branco, se você é um deficiente que não tem condições de pagar um ensino superior particular você não deixa de ser contemplado.

Na UFRGS todos os entrevistados acreditam que a modalidade mais relevante é a destinada a afrodescendentes. Todos creem que deva existir uma reparação histórica a população negra que esteve à margem da sociedade todos esses anos. Ao ser questionado, o entrevistado 3 afirma:

Sem dúvida nenhuma é, do ponto de vista as cotas raciais. Porque, primeiro: nós temos um passivo histórico (...) Nós não podemos esquecer que tivemos 360 anos de escravidão nesse país né, e 360 anos de escravidão em inúmeros ciclos econômicos e estruturados sobre o trabalho servil, e quando dá a abolição em 1888 estão libertos, sem nenhuma preocupação do Estado em construir mecanismos de integrações nesses setores E isso se reflete hoje nos indicadores que vários deles nos mostram como negros têm condições de vida piores do que os brancos, remunerações piores para as mesmas faixas de trabalho, especialmente com negros né, mas se a gente comparar homens e mulheres a gente pode ver que existe uma faixa salarial menor entre homens e mulheres. As cotas fazer parte de uma política absolutamente importante para ajudar a superar esse passivo histórico né, de desigualdade social que existe no país.

Quando questionados sobre a percepção global sobre o sistema, é possível captar em alguns casos a falta de conhecimento e até mesmo indignação por parte dos alunos e professores. Entende-se que as percepções dos alunos entrevistados da UNIPAMPA são vagas, devido à falta de conhecimento sobre o sistema. Não existe, de fato, uma opinião formada sobre o assunto. Entende-se apenas que são polêmicos e necessários para que ocorra uma maior inclusão. Ao ser questionada, a entrevistada 6, aluna da UNIPAMPA, negra, não beneficiária do sistema, acadêmica de Gestão Pública, e ativista na temática de políticas públicas voltadas a população negra afirma: “Sinceramente, eu não identifico relevância na política pública do sistema de cotas implantado na UNIPAMPA, justamente por desconhecer as modalidades que nós temos lá.” Já o entrevistado 1, professor da instituição, demonstrou uma opinião esclarecedora sobre o seu entendimento do sistema. Ele diz:

Bem, o sistema de cotas ele, eu entendo que ele ainda não está bem trabalhado no Brasil, porque as pessoas, elas na verdade pegam o final do processo, então o sistema de cotas é o final de um processo, e o processo deve começar com o entendimento da necessidade das ações afirmativas, essas são necessárias (...) Cotas é a ponta. Depois de nós termos entendimento, a compreensão das ações afirmativas, ou seja, um conjunto de políticas para incluir, e incluir quem quer que seja a partir daí que vem a discussão, aí tendo uma discussão posterior, seria então a discussão de cotas ou reservas, mas primeiro eu preciso ter entendimento das políticas e como é que essas políticas funcionam, e a partir daí sim, aí agora vamos discutir se somos contra ou a favor das cotas, mas antes disso é necessário que a sociedade entenda que é necessário que se discuta que se entenda se perceba as ações afirmativas.

Na UFRGS tanto alunos quanto o professor entrevistado possuem opiniões fortes sobre o sistema, defendendo-o totalmente. Percebe-se que a modalidade de afrodescendentes, para eles é estritamente necessária. O entrevistado 3 professor da UFRGS afirma:

A primeira coisa é que ela precisa ter um debate maduro e aberto na sociedade. Será um debate difícil onde é necessário desmitificar as coisas. Primeira essa ideia que aqui, somos um estado que só possui imigrantes italianos e alemães não é verdade. Nós temos colônias, nós temos um processo de colonização em que predominaram essas nacionalidades, mas nós temos um contingente de população

negra muito significativa em vários lugares do estado. Em Porto Alegre, Pelotas e outras várias regiões e acredito que esse processo seja fundamental que aconteça. E em segundo um debate interno da própria universidade que é poder fazer um acompanhamento desses alunos até mesmo para desmitificar a ideia de que os alunos cotistas são piores que os demais.

A entrevistada 5, acadêmica da graduação de Engenharia Civil da instituição, negra, não beneficiária do sistema, carioca e interessada pelo assunto de ações afirmativas universitárias diz:

Agora, cotas para negros tem que ter cotas para indígenas também, porque tu vê que é uma minoria ali dentro, sabe? Isso tinha que ser mais evidenciado, agora cotas para colégio público nunca deveriam ter sido criadas. Acredito que a cota para negros. É bem relevante. Eu não tinha antes essa opinião, mas depois que tu entra na universidade, tu muda a tua opinião completamente. E isso é só tu entrar na UFRGS, é visível a quantidade de negro que estuda lá é mínima. O que mais dá na UFRGS é “filhinho de papai”, com carro do ano, calça jeans da Levis, bolsa Calvin Klein.

O Quadro 1 faz uma comparação entre o sistema de cotas na UNIPAMPA e na UFRGS.

QUADRO 1
Comparativos entre o sistema de cotas na UNIPAMPA e na UFRGS

Estruturação do sistema de cotas	UNIPAMPA	UFRGS
Estrutura	Estrutura centralizada e definida pelos gestores da pró-reitoria de graduação e de assuntos estudantis	Estrutura descentralizada sendo o assunto decidido por meio de conselho universitário.
Modalidades de ação afirmativa	Modalidades normais regidas pela lei, porém com maior atenção aos portadores de necessidades especiais, sendo ofertado todo o suporte. Diferencial da modalidade de direcionadas a argentinos e uruguaios.	Modalidades normais regidas pela lei, tendo um programa direcionado a alunos indígenas, inclusive oferecendo a prova na língua do possível aluno.
Modalidade mais relevante	Divergência de opiniões sobre as que acreditam ser mais relevantes, cada entrevistado defende o seu ponto de vista.	Todos os entrevistados acreditam que a modalidade de ação afirmativa mais relevante é a destinada a afrodescendentes.
Percepção sobre o sistema	Entende-se que as percepções dos alunos são vagas, haja vista de terem pouco conhecimento sobre o assunto. Entende-se necessária a sua existência.	Opiniões favoráveis ao sistema, fazendo ressalvas de que alguns aspectos deveriam ser mudados. Os alunos possuem opiniões pouco fundamentadas, mostrando total indignação com o preconceito velado em que os cotistas sofrem.

4.2 Implementação do sistema de cotas

Para que ocorresse uma maior percepção dos integrantes do sistema sobre a implementação do sistema, foram feitas perguntas mais direcionadas para que a autora pudesse perceber, de fato, se o sistema apresenta dificuldades de acesso e operação dos seus usuários e não usuários. Nessa categoria, foram abordados os seguintes objetivos: barreiras no meio acadêmico, como dificuldade de aprendizado dos usuários, tratamento diferenciado perante aos demais e também adaptação ao meio.

Referindo ao objetivo, percebe-se que todos os entrevistados acreditam em que os alunos beneficiários do sistema não apresentam dificuldade de aprendizado ou adaptação ao meio. Na UNIPAMPA, os entrevistados afirmam que nunca presenciaram situações de preconceito para com os beneficiários, e acreditam que os alunos possuem plena capacidade de desenvolver e aprender como qualquer outro aluno. O entrevistado 1 afirma:

Dificuldade de aprendizado? Ao contrário, se a gente for identificar o que a mídia e outros estudos estão apontando, o que a gente tem é que: os alunos cotistas, eles conseguem ter desempenho muito maior do que alunos não cotistas. Provavelmente uma questão de ciência, então tem algo que está sendo, primeiro: oferecido de forma diferenciada, e depois provavelmente pela pressão que até você colocou na questão anterior, em função da pressão desse aluno cotista, ele em alguns momentos se vê com uma responsabilidade dobrada, porque pode ser até que não aconteça isso com ele, mas se vê cobrado, aonde ele acaba dando mais de si. E no final a gente consegue identificar que ele dá mais de si porque ele se cobra, ele ouve conversas, ele identifica que pensam isso dele, então acaba sendo algo como lá no final do processo, um super estudante.

Sobre possível existência de tratamento diferenciado, a entrevistada 2 diz que:

Tratamento diferenciado? Não, não acredito que isso aconteça aqui no campus. Mesmo porque nós fazemos todo um trabalho com os docentes. Na verdade a política de ação afirmativa ela vai chegar em quem? Nós índios, no afrodescendente, nos estudantes que vêm de escola pública e os portadores de necessidade educacionais especiais. Esse é o caso mais pontual, que a gente tem uma maior preocupação, que são os alunos com deficiência. Então com esses nós procuramos preparar os docentes todo o início de semestre, que eles irão ter aquele estudante em sala de aula e orientar esses professores em como eles devem agir com esse aluno, se precisa de material ampliado, se tem muita literatura. Semestre passado foi realizado o projeto do Áudio-Livro que gravação de material didáticos em áudio para que esses alunos não fiquem forçando muito. Então eles terão esse material ampliado em sala de aula.

Já na UFRGS, observou-se um cenário diferente. Lá, todos os entrevistados acreditam que os beneficiários não possuem dificuldade de aprendizado e adaptação ao meio, porém ocorre dentro da universidade tratamento diferenciado por parte dos colegas em relação aos colegas cotistas. Percebe-se indignação por parte dos alunos sendo beneficiários ou não, em relação ao preconceito em que passam ou observam no meio acadêmico. O entrevistado 4, beneficiário pelo o sistema pela modalidade para afrodescendentes, acadêmico na graduação de Design Gráfico, negro, e que sofre preconceito racial e econômico na universidade afirma:

Sim, encontra bastante barreiras. Mas acredito que não seja nem dificuldade de aprendizado e nem adaptação ao meio, porém existe muito a questão de que tu tem que estudar mil vezes mais para ti provar que tu é tão bom quanto outra pessoa, de qualquer cor, azul, amarela sabe? Tem muito a questão da aprovação. Porque dependendo do curso eu já ouvi muitos comentários de pessoas falando: “Ah! Essa menina tem cara de “piriguete”, não sei o que está fazendo nesse curso!”, ou “Ai! Esse menino negro não deveria estar cursando Design, ele não tem o perfil”, eu mesmo já passei por isso e me senti muito mal. A maioria dos alunos são “loirinhos”, “branquinhos”, de olho azul e eu vejo muito isso dentro do meu curso, Design.

Outra aluna, colega de trabalho do entrevistado 4, e estudante da UFRGS ingressante pelo acesso universal diz que:

Sim, tanto que se tu caminha pelo campus do vale, dependendo de alguns institutos você vê até pichações de racismo dentro da própria universidade, insultos, de verdade. Isso é bem triste. Fora isso nunca presenciei outras dificuldades como adaptação ao meio e dificuldade de aprendizado, mas tratamento diferenciado sim, com certeza.

O Quadro 2 traça um comparativo entre a implementação dos sistemas na UNIPAMPA e na UFRGS.

QUADRO 2
Comparativos entre o processo de implementação dos sistemas na UNIPAMPA e na UFRGS

Implementação do sistema de cotas	UNIPAMPA	UFRGS
Barreiras no meio acadêmico	Os entrevistados acreditam que os alunos beneficiários não apresentam barreiras no meio acadêmico em geral na UNIPAMPA.	Os entrevistados acreditam que os alunos beneficiários apresentam apenas o tratamento diferenciado por parte dos colegas.
Dificuldades de adaptação ao meio acadêmico e dificuldades de aprendizado	Acreditam que não existe esse problema na universidade.	Acreditam que não existe esse problema na universidade.
Tratamento diferenciado	Acreditam que não ocorre tratamento diferenciado por parte da comunidade acadêmica.	Acreditam que ocorre tratamento diferenciado por parte dos colegas, principalmente o preconceito racial. As aparências de “o que eu sou e tenho” possuem grande relevância por parte da comunidade acadêmica.

4.3 Avaliação do sistema de cotas

Nessa categoria foram feitas avaliações sobre o sistema a partir do depoimento dos entrevistados para que se pudesse entender, de todos os prismas, a avaliação dos alunos e professores, sendo essa categoria fundamental. Percebe-se a partir dessas questões o quanto os entrevistados acham importante o sistema, e o quanto acreditam que ele muda a vida de milhares de pessoas e a sua perspectiva futura sobre as ações afirmativas.

Inclusas nessa categoria foram feitas questões como: o alcance e amplitude da política de cotas, qual a projeção acerca do sistema, questionando o prazo estipulado para a vigência da lei e o impacto das cotas na vida de cada um. Na questão que aborda o alcance e amplitude da política de cotas, viu-se que todos são a favor do sistema não apenas pelo fato de proporcionar acesso aos menos favorecidos, mas também da importância que o sistema possui proporcionando acesso à dignidade, a um futuro melhor, o raio de alcance que o sistema possui beneficiando não só o estudante, mas também a estrutura familiar. Na UNIPAMPA foi possível exatamente observar por meio dos depoimentos o relatado supramencionado. Quando questionado, o entrevistado 1 afirma que:

(...) Então eu diria que hoje a lei que está baseada nos artigos, a lei de cotas que está baseada nos artigos 205 e 206, ela é uma lei de inclusão porque ela vai abarcar praticamente toda a população brasileira, então todos tem acesso ao sistema. Porém, o que acontece: nem todos se declaram afrodescendentes. Provavelmente até mesmo por uma questão de baixa estima ou auto preconceito, preconceito a si mesmo, em relação a família, então muitos não se declaram negros, compreendendo-se nas variações criadas que o IBGE gosta muito, como muitos

mais mulatos, mais “clarinhos”, mais “café com leite”, e aí não se auto declaram negros. Mas, eu diria que a lei é inclusiva porque ela vai abarcar toda essas situações. Pobres e que em algum momento de auto declarem. Logo a lei passa a ser inclusiva pelo fato de não atender apenas a característica predominantemente negra, mas também todas essas derivações que citei há pouco. O branco, a partir do momento que ela se auto declare afrodescendente será usuário de ações afirmativas.

Outro depoimento importante nesse objetivo, é o da entrevistada 2, responsável pelo setor NUDE da Universidade Federal do Pampa, branca, estudiosa na área de educação e de políticas de inclusão nas universidades, sendo criadora de projetos de melhoria de inserção dos cotistas na universidade, afirma:

Uma parcela da população estava historicamente excluída do ensino superior, então desde nem digo a criação da universidade, eu digo curso superior que foram iniciando com o descobrimento e da povoação do Brasil, povoamento do Brasil em 1500, então começou a se pensar em cursos superiores, não digo em universidade, porque universidade propriamente dita surgiu apenas em 1930 no Brasil, mas antes mesmo, para quem eram esses cursos superiores? Não eram para essa parcela da população. Então, historicamente essa parcela da população, que são pessoas com menos condições financeiras, os afrodescendentes, índios, eles não tinham acesso. Então, hoje a gente está tentando resgatar com a política de cotas. Essa é uma maneira. Com essa legislação, acredita-se que se resgata.

Observa-se que na UNIPAMPA surgem as ideias de política compensatória, sendo fundamental para que ocorra maior desenvolvimento dessa população que está à margem historicamente, representando acesso a condições de vida melhores desde o seu ingresso.

Na UFRGS, é possível perceber a mesma linha de pensamento. Os entrevistados acreditam que o sistema é peça-chave para a diminuição da desigualdade racial e econômica no país, e que ela proporciona maiores condições de vida que ela oferece. Ao ser questionado, o entrevistado 3 afirma que:

Sem dúvida ele amplia o processo de inclusão de abertura, no sentido de poder trazer para a universidade um público que historicamente e estruturalmente ele foi alijado desse processo. (...). Eu acho que, sem dúvida nenhuma ela ajuda a democratizar e estabelece um patamar de condições para que as pessoas possam, na verdade, calçar de melhores postos, como dizem na hierarquia social e do trabalho, mas a minha preocupação nem é tanto somente com essa geração que hoje é beneficiário da política de cotas, para mim o principal elemento é uma política afirmativa de longo prazo, nós vamos ter uma maior percepção e uma maior clareza do acerto desse tipo de política quando os filhos dessa geração que hoje estão passando por esse processo, terão melhores condições de vida, poderão ter um acesso mais facilitado (...). Mas isso vai poder ajudar com que ele tenha maiores condições de criar a sua família, de dá uma maior escolaridade e assim sucessivamente.

Sobre o mesmo assunto, o entrevistado 4 diz que:

As cotas acabam beneficiando as pessoas que possuem pouca renda, que eu acredito que seja muito importante porque em uma universidade pública, na minha visão, todas as vagas deveriam ser destinadas a que não têm condições de pagar uma universidade particular, que tem um preço absurdo.

Quando questionados sobre a perspectiva acerca do sistema, encontram-se respostas heterogêneas. Apenas três entrevistados acreditam que o prazo de vigência da Lei é suficiente para que se possa resolver o problema, os demais acreditam que esse prazo é totalmente insuficiente. Na UNIPAMPA, o entrevistado 1 diz que:

Não, porque não estamos tratando de algo que começou com primeiro navio negreiro que ancorou em terras brasileiras. Nós não estamos tratando de algo que começou ontem, nós estamos tratando de uma diáspora que começou com o primeiro navio que ancorou na costa brasileira lotado de negros em seu porão. (...) Esse resgate compreende de pelo menos um século para frente. E aí, a gente vai

começar a ter na nossa sociedade efetivamente, negros que despontam e que agora não mais engrossem as questões criminais e suas consequências, que dão corpo a população carcerária desse país, negros que são moradores de rua. Acredito que levará muito tempo para que essas políticas de ação afirmativa sejam capazes de reduzir as desigualdades que são muito grandes. Mas em 10 anos, as desigualdades continuarão a ser as desigualdades. É um processo lento e gradual.

Na UFRGS todos os entrevistados acreditam que o prazo é insuficiente, pois envolvem múltiplas questões que só começarão a ser mudadas com a resolução de várias outras, sendo elas conectadas umas as outras. Ao ser questionada, a entrevistada 5 afirma: “Esse prazo nunca será suficiente. A solução não está só na política de cotas, mas várias outras situações devem ser trabalhadas para que tudo funcione na educação no país, essa não é a única solução, sabe?”.

Já em relação à categoria do impacto das cotas na vida dos entrevistados, foi possível perceber que independente de usuário do sistema ou não, todos acreditam que as cotas são de fato importante para a sociedade, haja vista que promovem inclusão das camadas menos favorecidas, independente da etnia. Em relação aos cotistas, vê-se pessoalmente a aplicabilidade do sistema e o que eles acham sobre isso. Na UNIPAMPA, chamou a atenção o relato do entrevistado 1 que fala da ausência das ações afirmativas na sua época de escola, e o que isso representou para ele:

Olha em princípio eu diria não na minha vida, mas na vida de qualquer cidadão. Aquele que tem a ideia de cidadania, ele observa em termos sociais a si e aos que estão ao redor, aí a gente começa fazer uma análise de que seria as ações afirmativas(...). Se nós tivéssemos naquele momento ações afirmativas, provavelmente não teria havido esse tipo de insulto. Que pena que isso chegou muito tarde. Porque na época nós éramos crianças que tínhamos a autoestima muito baixa, devido às humilhações constantes. Eu me lembro de ter uma professora que a gente chamava de “tia” né, e um dia, eu nunca esqueço do fato, não tem como esquecer, um dia essa professora loira ou quase loira, e eu disse: mas tia, e alguma coisa que eu não me lembro e ela disse: tia não! Olha para mim vê se eu sou negra! Vê se eu posso ser sua tia! E eu era uma criança e eu ouvi isso de uma professora.

Na UFRGS, o entrevistado 4, usuário do sistema afirma que:

O meu ingresso na UFRGS seria possível sem as cotas, só que me poupou bastante tempo de cursinho pré-vestibular, de horas e mais horas de estudo. Minha vida engrenou muito desde que eu entrei na UFRGS.

O Quadro 3 mostra um comparativo entre a UFRGS e a UNIPAMPA sobre a avaliação da política de cotas na percepção dos usuários e não usuários.

QUADRO 3

Comparativo entre UNIPAMPA e UFRGS sobre a avaliação do sistema

Avaliação do sistema de cotas	UNIPAMPA	UFRGS
Alcance e amplitude da política de cotas	Os entrevistados acreditam que as cotas são fundamentais para compensar o passivo histórico ocasionado por diversos eventos, principalmente pela escravidão.	Os entrevistados acreditam que o sistema é fundamental, posto que permitam acesso das camadas menos favorecidas a terem as mesmas condições de concorrência com os demais.
Projeção acerca do sistema- Prazo de vigência estipulado pela Lei 12.711/12	Três entrevistados da instituição acreditam que o prazo é suficiente, desde que a execução do sistema seja realmente eficiente e que seja aliado a outras medidas de promoção de desigualdade social.	Todos os entrevistados acreditam que o prazo é insuficiente, apenas permite que se tirem conclusões do panorama exposto nesse período. Deve-se ainda investir no sistema e em outros programas aliados ao combate a desigualdade social e racial.
Impacto das cotas na sua vida	Os entrevistados dizem que as	Os entrevistados também

pessoal	cotas interferem positivamente em suas vidas, posto que promovem a diminuição das desigualdades, permitindo que outras gerações também tenham acesso ao benefício. Já os beneficiários acreditam que as cotas foram fundamentais nas vidas deles, mesmo que o ingresso na universidade não dependesse exclusivamente do sistema.	acreditam que interferem positivamente em suas vidas, aliados a outros programas de desenvolvimento humano. Os beneficiários afirmam que as cotas foram pontuais a época em que realizaram o vestibular, e que sem elas o seu ingresso seria mais demorado.
---------	--	---

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo além de oferecer um estudo sobre avaliação de ações afirmativas nas universidades estudadas, permitir a reflexão acerca da maneira de implantação dos sistemas e a função social dessa política pública que ultrapassa o meio acadêmico. A partir disso, foi possível diagnosticar a importância das ações afirmativas para todos os envolvidos no sistema, sendo beneficiários ou não. Por meio dos depoimentos dos entrevistados percebe-se que o objetivo da Lei Federal 12.711/12 está gradualmente sendo alcançado visto que o seu compromisso é promover a inclusão dos grupos que estão à margem do ensino superior e da sociedade.

Entre os aspectos positivos a serem pontuados, é que as duas universidades estudadas possuem o comprometimento em promover a inclusão, de acordo com os seus sistemas criados internamente. Cada instituição possui um núcleo competente ao assunto que promove um acompanhamento a aquele beneficiário, procurando fornecer bolsas de incentivo, como bolsa moradia e bolsa alimentação para que esse aluno permaneça na universidade. Observou-se no caso da UNIPAMPA em que ela fornece os auxílios supramencionados e ainda moradia estudantil, com toda a estrutura. Em relação ao sistema, no tocante as modalidades presentes, a instituição além de ofertar as cotas regidas pela Lei Federal 12.711, oferece cotas a fronteiriços de descendência uruguaia e argentina, e possui um programa especial destinado aos portadores de necessidades educacionais especiais, orientando alunos e professores e providenciando materiais especiais para que esse aluno possa acompanhar a turma. Já a UFRGS possui um programa destinado aos alunos indígenas, tendo a primeira aluna do Estado oriunda de comunidade indígena a concluir o ensino superior, na graduação de Enfermagem. Percebe-se ainda que, de fato, mesmo que de forma lenta, o sistema tem permitido mudanças reais na vida das pessoas, posto que inclui várias etnias das diversas camadas sociais. Hoje o ensino superior no Rio Grande do Sul e nos demais estados brasileiros torna-se algo possível, ficando para trás a ideia de utopia, sonho.

Entre os aspectos negativos percebidos é que o sistema é pouco divulgado, permitindo com que os próprios participantes do sistema não saibam, de fato, como funcionam apenas os professores entrevistados possuíam total domínio sobre o assunto. Essa falta de informação tanto no meio acadêmico quanto na comunidade em geral, priva diversas pessoas usarem o sistema, logo o seu objetivo não é plenamente alcançado. Outro fator importante, é que falta uma fiscalização maior por parte das universidades, não só as estudadas em questão, acerca dos ingressantes nas modalidades de cotas. Pode-se perceber por meio do relato da entrevistada 5, estudante da UFRGS, que alguns cotistas usam o benefício de forma indevida. Por fim, outro fator negativo presente na UFRGS é o preconceito em que os beneficiários são submetidos a passar todos os dias nos *campi* da universidade. Foi possível, por meio dos relatos dos entrevistados 4 e 5, conhecer as situações humilhantes nos quais esses alunos passam,

principalmente preconceito racial. Essa questão tem sido ignorada pela universidade. A UFRGS tem se comprometido apenas em dar o acesso a esse aluno, porém não tem se preocupado em ver realmente como esse aluno tem “sobrevivido” a todas essas situações.

Considerando-se esse panorama, afirma-se que o sistema é extremamente importante ao processo de inclusão dos grupos sociais menos favorecidos e que estão historicamente à margem do desenvolvimento econômico e social. Mesmo que encontre defeitos em sua execução, no caso das duas universidades, a fiscalização, ela permite que muitas pessoas mudem de vida, e proporcionem mudança de vida para as suas famílias também. Deve-se salientar que as mudanças são gradativas, e que esse sistema é executado de forma lenta, dentro de suas possibilidades, mas em conjunto com outras medidas de desenvolvimento, ela é capaz de mudar a realidade em que vivemos. A educação deve ser compreendida como prioridade do nível fundamental ao superior, ela que fornece a base para todos os demais. Se a educação não for colocada no topo, o cenário sempre será o mesmo, de um país retardatário em diversos pontos.

REFERÊNCIAS

APRILE, Maria Rita; BARONE, Rosa Mirra. Políticas Públicas para Acesso ao Ensino Superior e Inclusão no Mundo do Trabalho-o Programa Universidade para todos (PROUNI) em questão,2008,p.4-14. In: VI Congresso Português de Sociologia, Portugal, 2008. **Anais...** Disponível em:< <http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/182.pdf>>. Acesso em: 16 set.2013.

COHEN,Ernesto; FRANCO, Rolando:Avaliação de projetos sociais. In: RAMOS,Marília P; SCHABBACH,Letícia M. O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil.**Revista de Administração Pública**.Rio de Janeiro,46(5) ,1271-294, set./out.2012.Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n117/15559.pdf>>. Acesso em:13 setem.2013,1:15:14.

DAFLON,V.T;JÚNIOR,J.F;CAMPOS,L.A.Ações Afirmativas Raciais no Ensino Superior Público Brasileiro: Um Panorama Analítico. **Cadernos de Pesquisa**.São Paulo, v.43 n.148 p.302-327 jan./abr. 2013.Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742013000100015&script=sci_arttext>. Acesso em: 15 agos.2013,19:31:09.

FERES JÚNIOR João; ZONINSEIN, Jonas (Org.). **Ação afirmativa e universidades:** experiências nacionais comparadas. Brasília:UnB,2006.p.9-45.Disponível em: <http://www.redeacaoafirmativa.ceao.ufba.br/uploads/unb_capliv_2005_JFeresJunior.pdf>. Acesso em: 17 setem.2013, 16:30:35

GIL,Antonio C.**Como Elaborar Projetos de Pesquisa**.São Paulo:Atlas,2010.

MEIRA, André Vinícius Carvalho. **O princípio da igualdade e as cotas raciais no Brasil**. Periódico Científico dos Graduandos em Direito-UFJF, Juiz de Fora - nº 3 - Ano 2, 2012. Disponível em: <<http://periodicoalthes.com.br/media/pdf/3/o-principio-da-igualdade-e-as-cotas-raciais-no-brasil.pdf>>. Acesso em: 15 ago.2013,18:30:01.

MELO, Marcus André. As sete vidas da agenda pública brasileira. In: TREVISAN, Andrei T; BELLENS, Hans van. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. Rio de Janeiro, 42(3):529,50, maio/junho 2008. Disponível em:

MOEHLECKE, Sabrina. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, nº117, p.197-217, novembro/2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n117/15559.pdf>> Acesso em: 17 setembro.2013,8:35:15.

MUNANGA, K. (Org.). Estratégias e políticas de combate à discriminação racial. São Paulo: Edusp, p.79-111, 1996. In: MOEHLECKE, Sabrina. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, nº117, p.197-217, novembro/2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n117/15559.pdf>> Acesso em: 17 setembro.2013,9:33:12.

OLIVEN, Arabela C. **Ações Afirmativas, relações raciais e política de cotas na universidade**: uma comparação entre os Estados Unidos e o Brasil. Educação, ano XXX, n. 1 (61), p. 29-52, jan./abr. 2007. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **O que é ação afirmativa?** .2012. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/acoesafirmativas/informacoes>>. Acesso em: 18 de jul.2013,15:47:22

PAIVA ,Randolpho Angela. **Entre dados e fatos: Ação Afirmativa nas universidades públicas brasileiras**. Rio de Janeiro: Editora Puc Rio, 2010.

RAMOS, Marília P; SCHABBACH, Leticia M. O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, 46(5) ,1271-294, p.2, set./out.2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-76122012000500005&script=sci_arttext>. Acesso em: 15 setembro de 2013, 01:59:08

TREVISAN, Andrei P; BELLEN, Hans van. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. Rio de Janeiro, 42 (3):529,50, maio/junho 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v42n3/a05v42n3.pdf>>. Acesso em: 30 jul.2013,9:47:55.

